



FORMULÁRIO DE COMENTÁRIOS E SUGESTÕES

CONSULTA PÚBLICA Nº 03/2020 - de 20/07/2020 a 02/09/2020

NOME: André Nassar - ABIOVE

<input type="checkbox"/> agente econômico <input type="checkbox"/> consumidor ou usuário			<input checked="" type="checkbox"/> representante órgão de classe ou associação <input type="checkbox"/> representante de instituição governamental <input type="checkbox"/> representante de órgãos de defesa do consumidor		
Consulta Pública sobre a minuta de Resolução que estabelecerá as especificações do diesel verde e as obrigações quanto ao controle de qualidade a serem atendidas pelos agentes econômicos que comercializem esse combustível no território nacional.					
ARTIGO DA MINUTA	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO		JUSTIFICATIVA		
Cap. III, art. 5º	O diesel verde produzido a partir das rotas descritas no art. 2º pode ser adicionado ao diesel A para formulação do diesel B, <u>em teor de acordo com o especificado por legislação vigente</u> , resguardado o teor compulsório de biodiesel na mistura ternária composta por diesel A, diesel verde e biodiesel, podendo a mistura resultante ser destinada a veículos dotados de motores do ciclo Diesel, de uso rodoviário.		<p>1 – Medida de precaução. Dada a extrema sensibilidade associada ao segmento diesel, com sua multiplicidade de usos, do agrícola ao transporte de carga e pessoas, do industrial à geração de energia, toda cautela se faz necessária, sobretudo quando se trata de combustível de histórico tão recente. Alguns problemas com a utilização de diesel verde foram reportados em eventos técnicos por empresas atuantes no país (veja anexo).</p> <p>2 – Medida de controle. Na eventualidade de se observarem problemas associados ao diesel verde, a introdução livre (qualquer volume), pode se traduzir em dificuldade de se definir o limite seguro de uso. Com isso, medidas restritivas para avaliação e correção das causas e proteção do consumidor, ficariam mais difíceis.</p> <p>3 – Medida de transparência. A diferença de oferta de diesel verde no território brasileiro pode levar à situação em que o consumidor vai ter à disposição diesel B com diferentes proporções de diesel verde. Seja para sua escolha ou recusa. Tal situação seria eliminada se o teor de diesel verde fosse especificado em legislação.</p> <p>4 – Medida de igualdade de tratamento. Ao se estipular uma fração compulsória, os produtores de biocombustíveis (biodiesel e etanol)</p>		

		têm o compromisso de produzir e ofertar seu produto para atendimento da demanda. Quando a fração a ser adicionada é livre, o tratamento para o produtor de diesel verde é diferenciado, ou seja, a depender do preço e disponibilidade, pode ofertar, não ofertar, importar ou exportar seguindo critérios exclusivamente econômicos.
Cap. I, art. 2º	Inalterado. Veja-se comentário.	A ABIOVE entende que a especificação estabelecida nesta resolução se aplique exclusivamente ao que dispõe o artigo 2º do capítulo I, ou seja, aos produtos oriundos do hidrotratamento de óleo vegetal e animal, gás de síntese proveniente da biomassa, fermentação do caldo de cana-de-açúcar e oligomerização de etanol ou isobutanol; ou seja, para o produto final do coprocessamento, tal especificação não se aplica. Além disso, a ABIOVE entende que o mesmo não deva ser considerado diesel verde uma vez que parte importante de sua composição é oriunda de base fóssil.

Este formulário deverá ser encaminhado à ANP para o endereço eletrônico: conspub_qualidade@anp.gov.br.